

Mala Direta Postal
Básica
9912342433/2014-DR/RS
APROFURG
CORREIOS



ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

38º CONGRESSO DO ANDES

PÁGINAS CENTRAIS

**TAMBÉM
NESTA
EDIÇÃO:**

EDITORIAL

“Trabalhadores,
mais do que
nunca, Uni-vos”.
PÁGINA 2

PROPOSIÇÕES

Íntegra da Carta de Belém,
documento final do 38º
Congresso do ANDES-SN
PÁGINAS 6 E 7

JURÍDICO

Adicional de insalubridade:
orientações jurídicas aos
servidores
PÁGINA 8

Editorial

“Trabalhadores, mais do que nunca, Uni-vos”.

A frase proferida pelo Marx nunca foi tão atual e o clamor nunca foi tão necessário. A onda conservadora que vem crescendo no mundo nos últimos anos, a despeito daqueles que acreditam que não há esse aprofundamento, tem alcançado resultados políticos consideráveis e alarmantes para a classe trabalhadora. A vitória de Trump nos EUA e sua política xenófoba, protecionista e conservadora, o ressurgimento da extrema direita na França, Suécia e outros países europeus, ascensão da Direita e da Extrema Direita na América Latina são alguns exemplos. Além disso, o crescimento da violência contra os imigrantes, contras as mulheres, contra a população LGBTQ, contra os negros, judeus e outras parcelas marginalizadas da sociedade refletem esse endurecimento político no mundo. Do ponto de vista econômico, os movimentos do capital é de aprofundamento do neoliberalismo, avançando na redução do papel do Estado e na supremacia do mercado, marcando as relações sociais pelo culto ao individualismo, pelo discurso do empreendedorismo como forma de atingir o sucesso e a riqueza facilmente, com o menosprezo aos recados que a natureza emite com o aquecimento global, com a supressão dos direitos dos trabalhadores, nacionalismo etc.

No Brasil, os últimos tempos foram marcados pelo esgotamento do modelo de conciliação de classes adotado nos governos do PT, que culminou no golpe contra a Dilma em 2016, principalmente pela sua incapacidade e resistência na implementação de uma agenda neoliberal mais acentuada e alinhada com os interesses dos países centrais, como os EUA e pela ascensão de um governo ilegítimo de Michel Te-

mer, cujo pacto com as elites econômicas nacionais e internacionais era avançar o patrimônio público, nas riquezas naturais e nos direitos de trabalhadores e trabalhadoras. A exemplo disso, a perversidade foi sendo concretizada através da aprovação da EC 95, que estabeleceu um Teto de Gastos Públicos constitucional para os próximos 20 anos, algo não verificado em nenhum país que adotou medidas para conter o crescimento da dívida pública, através da reforma trabalhista e da lei de terceirização irrestrita, que estabelece a precarização como a relação de trabalho prevalecente no país, através do programa de concessões para dilapidação do patrimônio público, criminalização das atividades dos movimentos sociais e enfraquecimento dos sindicatos, como manda direitinho a cartilha neoliberal do Hayek (Livro: Caminhos da Servidão) e outras ações que promoveram retrocessos em políticas sociais que avançaram nos últimos anos.

Porém, os escândalos de corrupção, que culminaram nas três denúncias oferecidas contra Temer e a mobilização da classe trabalhadora refrearam, temporariamente, o avanço do aprofundamento da perversidade contra os trabalhadores e os serviços públicos, travestida de discurso de modernização. Todavia, o discurso conservador ganhou mais força com a polarização radicalizada entre as forças mais a esquerda e o discurso populista e raso da extrema direita. Atiçado pela grande mídia e mascarada pelo combate a corrupção, as pessoas tem acirrado os ânimos em “bate bocas” pelas redes sociais, revelando as faces perversas do racismo, do preconceito contra os pobres, do ataque às mulheres, da perseguição aos que pensam divergente ou que possuem preferência a um determinado partido, da demonização da esquerda com a propagação em massa de notícias falsas e que atingiam o moralismo cristão hipócrita do Brasil. Um país polarizado e que só favorece o aparecimento dos “Salvadores da Pátria” e Aventurheiros no poder.

Apesar dos esforços, e fragilizada pela elevada taxa de desemprego, com mais de 23 milhões de pessoas sem trabalho, deteriorização das políticas sociais, precariedade dos serviços públicos, violência em crescimento, etc., uma parcela da população embarcou na proposta da extrema direita e elegeu um governo que nunca escondeu as intenções de impor uma agenda conservadora e moralista nos costumes, na cultura e na educação e uma política liberal na economia (liberal apenas para os menos favorecidos). E ainda mais grave, uma política de segurança que visa liberar o armamento da população e efetivar a licença para matar das forças policiais, como pressupostos para a redução da violência. A despeito de o Brasil ser o país com uma das maiores taxas de assassinato e a polícia ser uma das que mais mata em “autos de resistência”.

Como a pauta econômica estava posta, o governo Bolsonaro, que materializa aquilo que a sociedade tem de pior, resolveu materializar o seu projeto de governo nesses primeiros dias, no pacote anticorrupção, sem a inclusão de Caixa 02, uma concessão para os parlamentares do atual pleito, a exemplo do partido do próprio presidente que está envolvido em um “laranja” de caixa 02, e o pacote da reforma da previdência, como prioridades.

A previdência social é um dos primeiros alvos do atual governo. Como também já foi em outros. Usada como principal justificativa para a crise fiscal do Estado, cujos recursos são desvinculados pela DRU (Desvinculação de Receitas da União), e apontada como “uma fábrica” de privilégios e de desigualdades, o projeto enviado para o congresso pretende economizar 01 trilhão em 10 anos e mais de três trilhões em 20 anos para conter o crescimento do déficit fiscal. Dentre outras maldades, a reforma prevê: idade mínima para os trabalhadores e trabalhadoras, das mais variadas categorias, a despeito das particularidades de cada atividade (excetos os policiais, bombeiros

etc.) e da situação de expectativa de vida das regiões (Norte e Nordeste tem as piores); desvinculação do reajuste do mínimo nas aposentadorias, o que significa dizer que os valores dos aposentados podem ficar congelados e abaixo do salário mínimo; o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral é de 40 anos, que somadas à idade mínima, significa dizer que o tempo de contribuição pode ser bem maior para a integralidade do direito à aposentadoria; a proposta de concessão de 400 reais para idosos de baixa renda, uma perversidade de que não tem nenhum impacto fiscal; o aumento da contribuição e da idade mínima para os trabalhadores rurais, que vai aumentar as condições de precariedade do campo, cujas relações de trabalho são diversas em relação ao trabalhador urbano; a proposta de capitalização, que adota um regime que o trabalhador será inteiramente responsabilizado pela capacidade de contribuir para uma remuneração adequada na velhice, e que foi inspirado no modelo Chileno da ditadura de Pinochet, cujas consequências atuais refletem um cenário de horror, com o suicídio de idosos no país, dentre outras maldades contidas na reforma para garantir o esquema de acumulação de capital via dívida pública e o mercado da previdência privada e fundos de pensão para bancos e outras instituições de crédito nacionais e internacionais.

A crise fiscal existe? Sim, o país está em déficit desde 2015. A crise econômica é severa e ainda o país não recuperou o crescimento. Contudo, mesmo os liberais do governo, os “Chicago Boys”, não avançam em relação aos mais de 300 bilhões de subsídios para a agricultura e indústria no orçamento público, da renúncia fiscal realizada nos últimos anos, principalmente em relação às contribuições das empresas à Previdência, que já custaram mais de 01 trilhão de reais nos últimos quatro anos, da sonegação fiscal, da generosidade dos refinanciamentos das dívidas com o Estado que são feitos no Brasil (o gover-

DIRETORIA BIÊNIO 2018/2020

PRESIDENTE: Professor Cristiano Ruiz Engelke - ICHI/FURG

VICE-PRESIDENTE: Professora Marcia Borges Umpierre - ICEAC/FURG

1º SECRETÁRIO: Professor Mário José Junges - EQA/FURG (Aposentado)

2º SECRETÁRIA: Professora Amanda Moita Angelo Castro - IE/FURG

1º TESOUREIRO: Professor Lucas Santos Cerqueira - ICEAC/FURG

2º TESOUREIRA: Professora Roberta A. Machado - IF

SUPLENTE

1º SUPLENTE: Cassiane de Freitas Paixão - ICHI/FURG

2º SUPLENTE: Professora Jaqueline Durigon - ICB/FURG

3º SUPLENTE: Professor Eduardo Dias Forneck - IO/FURG

4º SUPLENTE: Professor Gustavo Borba Miranda - IFRS

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Jornalista: Diego Balinhas - MTB/RS 15.569

(imprensaaprofurg@gmail.com)

REVISÃO DE TEXTO: Eliza Braga

REDAÇÃO: Av. Itália s/nº, sede da APROFURG
Campus Carreiros FURG - Contato: (53) 3230 1939

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:
Editora Casaletras - contato@casaletras.com

TIRAGEM: 1500 exemplares

Impresso em papel imune conforme inciso VI
Artigos assinados são de responsabilidade dos autores
Distribuição gratuita

CONTINUAÇÃO

no Temer apresentou um pacote de bondades para os devedores nunca antes visto na história desse país e nem na OCDE), da auditoria da dívida (não significa calote) e outras aspectos que não avançam com os liberais.

Para eles, os direitos dos trabalhadores e os serviços públicos são os vilões da crise fiscal. Toda energia e as ações do governo estão voltadas para a redução desses direitos, redução dos serviços públicos com a privatização das empresas estatais, o que inclui a cobrança de mensalidades nas universidades, redução do acesso ao SUS, restrição das políticas sociais, criminalização dos movi-

mentos sociais, agindo para reduzir a representatividade e atacando as entidades que defendem os interesses dos trabalhadores, com apoio do judiciário que vem cerceando o direito à greve e outras armas históricas que a classe trabalhadora utiliza para enfrentar as movimentações do capital. Ou seja, o ambiente não é fácil e nunca foi.

Nesse sentido, no último congresso do ANDES S/N, em Belém, foi aprovada a Centralidade da Luta: "Atuar buscando maior mobilização da base, pela construção de uma ampla unidade para combater a contrarreforma da previdência, as privatizações e revogar a EC

95. Defender a livre expressão, organização e manifestação, enfrentando as medidas antidemocráticas de extrema direita: defender os direitos fundamentais dos (as) trabalhadores e trabalhadoras; os serviços e os (as) servidores (as) públicos (as), bem como o financiamento público para Educação, Pesquisa e Saúde Públicas. Para tanto, empenhar-se na construção de uma Frente Nacional Unitária, como espaço de aglutinação para essa luta, contribuindo assim para avançar na organização da classe trabalhadora".

Mais do que nunca, os trabalhadores, que são maioria, precisam se unir e lutar. Trabalhador é trabalhador: Direita ou esquerda,

partidário ou não partidário, coxinha ou petralha, Gremista ou Colorado etc. A polarização apenas enfraquece a classe trabalhadora e esse é objetivo do capital. Mas a esperança resurge em cada ato de resistência. Em todas as esferas, todas as atividades, todas as frases ditas por aqueles que existem e resistem. Estaremos em todas as trincheiras para defender a centralidade da luta e a classe trabalhadora, independentemente do projeto político que esteja no poder.

Charge

POR WAGNER PASSOS

COMO ERA:



COMO OS HOMENS PENSAM QUE SERÁ:



COMO SERÁ:



Wagner Passos

38º congresso do Andes teve seis dias de discussões em Belém



A cidade de Belém, no Pará, recebeu no final de janeiro e início de fevereiro o 38º Congresso do ANDES-SN. De 28 de janeiro até o dia 02 de fevereiro cerca de 600 professores e professoras debateram sobre os mais diversos temas de interesse da categoria docente. A Aprofurg - Seção Sindical ANDES-SN, através da sua delegação com 10 docentes, sendo 2 observadoras e 8 delegados e delegadas participou ativamente e intensamente dos grupos mistos e das plenárias na Universidade Federal do Pará.

A primeira pauta do evento aprovada foi a Centralidade de Luta do Sindicato Nacional para 2019. Segue o texto: "Atuar, buscando maior mobilização da base, pela construção de uma ampla unidade para combater a contrarreforma da previdência, as privatizações e revogar a EC 95. Defender a livre expressão, organização e manifestação, enfrentando as medidas antidemocráticas de extrema direita: defender os direitos fundamentais dos (as) trabalhadores e trabalhadoras; os serviços e os (as) servidores (as) públicos (as), bem como o financiamento público para Edu-

cação, Pesquisa e Saúde públicas. Para tanto, empenhar-se na construção de uma Frente Nacional Unitária, como espaço de aglutinação para essa luta, contribuindo assim para avançar na organização da classe trabalhadora".

GREVES

O ANDES-SN vai participar da plenária nacional das centrais sindicais contra a reforma da previdência, que vai ocorrer no próximo dia 20 de fevereiro, em São Paulo, pautando a necessidade de uma nova greve geral no Brasil. A resolução foi aprovada na quinta-feira, dia 31 de janeiro, durante a Plenária do Tema 2 - Políticas Sociais e o Plano Geral de Lutas, no 38º Congresso do ANDES-SN. O Sindicato Nacional também construirá, via secretarias regionais, plenárias estaduais como preparação para a plenária das centrais.

No mesmo dia os delegados e delegadas aprovaram, ainda a participação na construção da Greve Internacional das Mulheres, em 8 de março, indicando paralisação dos docentes neste dia. "Paralisar e mobilizar no 8 de março é dar uma resposta aos ataques e retro-

cessos desse governo miliciano e fascista e aos ataques da extrema direita no mundo. É fundamental que as seções sindicais se envolvam e participem ativamente das atividades", defendeu a 1ª secretária do ANDES-SN, Caroline Lima, durante a votação do tema.

Para o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, as deliberações da Plenária apontam para o fortalecimento da unidade da classe trabalhadora para os enfrentamentos da conjuntura. "O Congresso está sendo um momento de debate aprofundado sobre a situação da categoria docente na perspectiva do classismo. Podemos afirmar que é um momento histórico pela sua pauta e tamanho, o que nos anima dentro das possibilidades de construção da unidade", explicou.

DEFESA DA DEMOCRACIA

"Isso é um avanço para o Sindicato, porque amplia nosso campo de atuação política", avaliou o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves. Gonçalves se refere à aprovação do Sindicato Nacional na participação de comitês em defesa da democracia incluindo "os

que tenham como consigna 'Lula Livre'". A decisão foi tomada também durante a Plenária do Tema 2 - "Plano Geral de Lutas".

A discussão do Tema 2 também aprovou Textos de Resolução (TRs) sobre a Política de Formação Sindical. Foi aprovado que o ANDES-SN repasse para o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) a estrutura administrativa da CNESEF e que priorizará a rearticulação da CNESEF. O Sindicato Nacional continuará participando do Fonasefe como espaço de fórum que busca ações unitárias mais amplas.

Após o debate, foi definido que as seções sindicais com até duzentos filiados que demandem a realização de palestras e cursos na base terão despesas custeadas pelo caixa nacional. "Isso é muito importante para que a gente possa contribuir na estruturação das seções sindicais que têm muita dificuldade financeira. Foi um ânimo a mais para as pequenas seções sindicais", avaliou Antonio.

O ANDES-SN também organizará cursos descentralizados de formação com o tema "Da ANDES ao ANDES-SN: o movimento do movimento docente, contradições e desafios". Também será realizada uma nova edição do Curso Nacional de Formação com o tema "Reorganização da classe trabalhadora e os desafios para o movimento docente". A primeira etapa do curso, a ser realizada ainda neste semestre, será intitulada "Histórias do movimento docente: lutas por autonomia e liberdade, ontem e hoje".

Outras deliberações foram a construção de uma cartilha sobre a história do ANDES-SN; a sistematização de debates e resoluções do Sindicato Nacional sobre multicampia; a intensificação da luta pela Lei 12990/14, das cotas no serviço público; a realização de um Seminário Internacional em Brasília (DF) com o tema "Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises".

ATOS INDÍGENAS

"Demarcação todos os dias! Autodemarcação já!" é o que reivindicam os povos indígenas do Brasil. A afirmação esteve inserida na fala de representante indígena durante o ato político-cultural contra os ataques do governo Bolsonaro à causa. A manifestação ocorreu no final da tarde do dia 31 de janeiro, e teve ampla participação dos delegados e delegadas do ANDES-SN, incluindo a APROFURG. O ato

ocorreu em Belém, além de outras 27 cidades brasileiras e países como Inglaterra, Estados Unidos, Portugal, Irlanda, Suíça e Canadá, e fez parte da campanha “Sangue Indígena, nenhuma gota a mais!”.

A partir da Praça da República, os manifestantes saíram em marcha pelo centro da capital Belém, passando pela sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), onde realizaram uma pausa para falas. Gritos como “Latifúndio não, a nossa luta é por demarcação” foram entoados durante o percurso.

A pauta de reivindicação inclui a proteção dos direitos indígenas previstos na Constituição Federal e a demarcação das terras; a garantia dos direitos humanos e o combate à violência contra indígenas; o reconhecimento dos povos originários e de sua cultura ancestral; e a não transferência da Funai para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Para a professora Jaqueline Durigon, que participou do ato em Belém o agronegócio tem muito interesse nas terras indígenas. “A gente teve logo no início do ano uma publicação de uma norma que transfere a competência de demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura. O que demonstra e implica em uma decisão muito parcial, visto que o capital e o agronegócio tem pretensões avançar sobre as terras indígenas e de outros povos tradicionais”, avaliou.

Jaqueline disse ainda que entende que existe um grande conflito de interesse nesta pauta. “Como o ANDES-SN é um sindicato que defende as populações originárias e mais vulneráveis ele acaba se colocando ao lado dos povos indígenas para que eles possam ter direito a demarcação das suas terras e direito a manutenção dos seus modos de vida”, explicou.

BRUMADINHO

Durante as discussões na Universidade Federal do Pará, a plenária também aprovou um manifesto de solidariedade aos atingidos por barragens. O representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Robert Rodrigues, deu informes ao plenário do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG) e pediu apoio financeiro aos docentes para facilitar a organização e envio de brigadas para ajudar as famílias vítimas do crime ambiental da Vale.

Segue a íntegra do manifesto aprovado no 38º Congresso do ANDES-SN.

Manifesto de solidariedade aos atingidos e repúdio a mais um crime ambiental

Os crimes ambientais seguem em curso. Brumadinho não chora apenas suas vítimas locais, chora também

as consequências do processo predatório que o capital segue impondo. As marcas desse processo não estão limitadas ao campo da mineração, mas também a indústria de energia - petróleo e elétricas-, com seus desertos verdes, que temperam a mesa da população com um sem número de venenos.

Os governos, federal, estaduais, municipais, têm se apresentado como cúmplices diretos dos vícios que seguem devastando territórios, e atacando, objetiva e subjetivamente, as vidas de grande parte da população. Chora Barbacena – Rio Itaporanga; Mariana/Bento Rodrigues – Rio Doce; Rio Grande; Aquífero Guarani; Amazônia; os povos originários, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores (as).

Repudiamos a violência sofrida por todos (as) os (as) atingidos (as), a impunidade e o conluio criminoso entre autoridades e empresas de mineração. E manifestamos toda nossa irrestrita e ampla solidariedade aos atingidos por mais um atentado da espoliação financeira contra a vida. Até quando? Basta!

COTAS

Entre as inúmeras deliberações aprovadas em Belém está o incentivo para que as seções sindicais participem ativamente dos processos de implementação da Lei 12.990/2014 e equivalentes nos estados e municípios. A lei reserva a negros e negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

O 38º Congresso também aprovou que o ANDES-SN, via seções sindicais, defenda a existência e os trabalhos das Comissões de Heteroidentificação para evitar fraudes e garantir a efetiva política das ações afirmativas no ensino superior. Os docentes aprovaram, ainda, resoluções que defendem a luta pela ampliação da Lei de Cotas, inclusive para indígenas e quilombolas, em concursos docentes nas instituições estaduais e municipais de ensino superior.

A diretora do ANDES-SN pela Regional Rio e professora da UERJ, primeira Universidade do país a adotar o sistema de cotas, Rosineide Freitas avaliou que o 38º Congresso do ANDES potencializou os debates sobre cotas e avançou nas resoluções sobre as questões étnico-raciais e combate ao racismo. “Isso num cenário de enfrentamento a um governo que vem falando que, por exemplo, o sistema de cotas deve acabar, já indica o movimento do nosso sindicato na luta por uma universidade pública popular, menos branca e elitizada, na contramão da política do governo federal. Estamos avançando e próximos aos debates do movi-

mento negro e de negros e negros em movimento”, afirmou.

A Plenária também aprovou a realização no segundo semestre de 2019, em articulação com entidades feministas, LGBTs e de combate ao racismo, do II Seminário Integrado do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Etnia, Gênero e Diversidade Sexual, aglutinando os seminários nacionais de mulheres, diversidade sexual e ações afirmativas do ANDES-SN.

MARIELLE

Os professores e professoras promoveram um ato político durante o 38º Congresso do ANDES-SN, no dia primeiro de fevereiro. A reivindicação teve como tema a cobrança da justiça pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o seu motorista Anderson Gomes. Os homicídios que ocorreram há mais de dez meses no Rio de Janeiro, seguem sem respostas e ainda não foram elucidados pela Polícia Civil.

O ato político ocorreu no início dos trabalhos do dia primeiro, quando os docentes entraram no auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes com faixas e cartazes em memória à Marielle e em protesto contra a desigualdade de gênero e o genocídio da negritude.

PARIDADE

O Texto Resolução (TR) 29 que tratava sobre a paridade teve mais de 50 inscrições de fala. Este foi, sem dúvida, um dos momentos históricos da luta que todos que participaram do 38º Congresso do ANDES-SN. As falas transmitiam o sentimento das professoras, como por exemplo de outras colegas que queriam estar participando do evento, mas, sendo as principais (às vezes únicas) responsáveis pelo cuidado com os filhos, não puderam se deslocar até Belém. O machismo também foi a pauta das sindicalistas. Depois de inúmeras falas veio a tão esperada deliberação: a maioria dos delegados e delegadas ergueram os seus crachás roxos em favor da paridade. Mas não a paridade que determina 50% de cargos para cada gênero, e sim aquela que exige no mínimo 50% de mulheres.

As próximas chapas à diretoria do ANDES-SN deverão ser compostas da seguinte maneira: no mínimo 6 mulheres deverão estar entre as 11 pessoas do bloco nacional da presidência, secretaria e tesouraria. Entre as 72 pessoas das direções regionais, deverá haver no mínimo 36 mulheres, somando todas as regionais. Também deverá haver no mínimo 50% de mulheres em todas e em cada uma das vice-presidências regionais (1ª e 2ª vice-presidências regionais).

Para a vice-presidente da APROFURG, Marcia Umpierre este foi um dos pontos altos do 38º Congresso, em Belém. “Um congresso

histórico, uma luta pelo movimento das mulheres deste sindicato é muito forte. Tenho acompanhado os últimos 2 anos esse sindicato, e o que eu posso dizer é que a gente avançou muito nesses últimos anos. Existem falas contrárias à paridade, contra os direitos das mulheres e negando o machismo dentro do sindicato. Isso era muito comum nos eventos do Sindicato Nacional”, explicou a professora.

Márcia ainda ressaltou a importância da decisão tomada no último dia do evento. “A decisão de hoje prova que esse grupo forte de mulheres, que ao mesmo tempo tem todas as dificuldades em ser mulher, por estar longe do centro político, estar em uma cidade do interior, além de ser mãe e com as dificuldades, todas nós conseguimos pautar a igualdade de gênero dentro do sindicato”, disse.

“Na APROFURG nós temos isso enraizado no nosso grupo, mas essa vitória que aconteceu no Congresso, de a gente ter uma paridade na diretoria no Sindicato Nacional é muito importante. Para termos uma ideia, na Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN nós temos seis homens e nenhuma mulher. E com isso aprovado nós vamos garantir a presença de mulheres e isso vai fazer com que os grupos dentro do Andes realmente pensem qual é o status na mulher no sindicato”, finalizou.

Já para a professora da FURG e membro da delegação da APROFURG no 38º Congresso, Tatiana Walter, o Andes-SN deu um recado. “Nesse sentido eu entendo que o ANDES está dando um recado e se colocando no caminho de uma sociedade mais igualitária e mais justa, o que também propicia a própria transformação da sociedade como um todo e também dentro dos próprios espaços da universidade, que muitas vezes também reproduzem o machismo”, explicou.

CANDIDATURA

Depois de sediar uma edição do Congresso do ANDES-SN em 2002, a APROFURG - Seção Sindical do ANDES-SN decidiu concorrer para que a 39º do Congresso ocorresse novamente na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Em uma votação apertada, a Associação dos Docentes da USP (ADUSP) venceu por 102 a 101.

FINAL

O 38º Congresso do ANDES-SN teve duração de seis dias na capital do Pará e foi organizado pela ADUFPA. O evento foi um dos maiores da história do movimento docente das instituições de ensino superior, com 599 participantes, sendo 393 delegados(as), 156 observadores(as), 10 convidados(as) e 40 diretores(as).

CARTA DE BELÉM

Com o tema *Por Democracia, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95*, realizou-se, entre os dias 28 de janeiro e 2 de fevereiro de 2019, na bucólica cidade de Belém, capital do Estado do Pará, o 38º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, sediado pela ADUFPA Seção Sindical. O congresso contou com a presença de 391 delegado(a)s e 157 observador(a)s que representaram 79 seções sindicais de todo o país, além de 40 diretor(a)s e 10 convidado(a)s. O Congresso reafirmou a concepção de sindicato classista e pela base com ampla democracia interna na esteira da história do Sindicato Nacional, além de sinalizar, desde a sua mesa de abertura, a necessidade de construção da ampla unidade entre diversas entidades da classe trabalhadora em luta contra as medidas que intensificam a retirada de direitos.

A vivacidade da Cabanagem, como produto da resistência e unidade entre os povos indígenas, ribeirinhos, negros e negras, esteve presente nos cânticos e nas danças, do Carimbó e do Siriá, protagonizadas pelo Grupo de Cultura Regional Iaça na abertura do Congresso. As batalhas no mundo da ação política perpetradas pelo seringaísta Eduardo Angelim, as letras, cânticos e ritmos dos mestres Cupijó, Vieira e Verequete, que resistem ao processo de aculturação no coração dos povos da Amazônia, constituíram o rio que desembocou na mesa de abertura. O 38º Congresso do ANDES-SN foi marcado desde o seu início pela disposição de resistência expressa nas falas de saudação e contrárias às medidas do governo de extrema-direita de Bolsonaro, que anuncia o prelúdio de um tempo de grande ameaça aos direitos conquistados pelo(a)s trabalhador(a)s no Brasil. No caminho da conformação da Frente Nacional Unitária a composição da mesa

expressou a luta dos remanescentes de Quilombolas, além de contar com um representante dos povos indígenas por meio do primeiro professor indígena da UFPA, da etnia Uirá, que salientou a necessidade de enfrentamento às medidas contrárias aos direitos dos povos indígenas, especialmente a Medida Provisória no 870/19, que transferiu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

A conclamação a unidade também foi exaltada na saudação realizada pelo representante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), ao destacar o crime ambiental praticado pela expressão da exploração da natureza dos representantes do capital a partir do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A., na cidade de Brumadinho (MG), que tirou a vida de centenas de seres humanos e assassinou o rio Paraopeba, fauna e flora daquela região, no início da tarde do dia 25 de janeiro. Já na plenária de instalação foi aprovada, por unanimidade pelo(a)s congressistas, uma moção de repúdio ao crime ambiental e de solidariedade à população de Brumadinho.

A Plenária do Tema I - Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta, expressou a riqueza e a rigorosidade na análise realizada pelo(a)s congressistas, com a apresentação dos distintos textos que contribuíram com o desenvolvimento do debate. O inimigo de classe é único. Essa constatação foi categórica no conjunto das intervenções ao explicitar que as ações do governo federal, apontando amplos retrocessos, são expressão do projeto do capital. Retrocessos que passam pela negação das garantias do direito de existir, a partir do momento em que se ampliam os índices de feminicídio, de violência contra o(a)s LGBTQTT e os assassinatos dos negros e negras nas periferias, assim como as medidas do

governo Bolsonaro contrárias à garantia dos direitos fundamentais, como a Previdência pública, a Educação e a Saúde públicas e gratuitas, o direito ao trabalho, a defesa da natureza e dos povos originários. Também marcou os debates que construiriam a centralidade da luta do sindicato para o próximo período a necessidade de lutar pela revogação da EC/95, da terceirização e o conjunto de retirada de direitos que se intensificam. Nesse contexto, a saída apontada pela plenária foi uníssona para a centralidade da luta. Em demonstração ao máximo esforço de unidade para resistir, em direção a livre expressão, organização e manifestação é necessário construir uma Frente Nacional Unitária, como espaço de aglutinação para as lutas, contribuindo assim para barrar os retrocessos e avançar na organização da classe trabalhadora. Os debates apontaram para o avanço da extrema direita no Brasil e em outras partes do mundo e também registrou a resistência de diferentes segmentos da classe trabalhadora para lutar contra a retirada de direitos.

Dentro da construção do Plano Geral de Lutas para o período que se inicia, nos marcos da ascensão de um governo de extrema direita, a formação político-sindical da categoria foi uma das pautas do(a)s congressistas. O plano de lutas expressou ainda a indicação das bases, expressa nas posições do(a)s congressistas de fortalecerem as bases para a construção da Frente Nacional Unitária, o compromisso de intensificar todos os esforços para a realização do III Encontro Nacional de Educação em conjunto com a Frente Nacional Escola sem Mordaza e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas que ganham contornos nos variados estados do Brasil e fortalece as organizações nacionais que se encontram à frente desses instrumentos de luta forjados pela classe trabalhadora na defesa da educação pública, gratuita, autônoma, de-

mocrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Impulsionar ferramentas para fazer frente às violações ao direito de ensinar e aprender imerso numa sociedade em que os preceitos democráticos precisam balizar as ações humanas, esteve presente nas intervenções de mulheres e homens que debateram as distintas formulações em direção à defesa da valorização do papel social das instituições de ensino e do(a)s professor(a)s. Ratificando, por fim, a defesa da liberdade de cátedra, da educação pública, das entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais que lutam pela pauta da educação como ações necessárias para enfrentar o esvaziamento das escolas e universidades públicas, qualquer possibilidade de sua privatização, assim como enfatizar as universidades, os institutos federais e os CEFET como estruturas para o amplo desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometidos com um projeto de sociedade que coloque em primeiro plano a defesa do ser humano e da natureza, portanto, um projeto para além do capital. Também foi reafirmada a defesa intransigente dos ainda frágeis processos democráticos das universidades, Institutos Federais e CEFET, em especial no que tange a eleição do(a)s reitor(a)s. Reafirmamos nossa disposição de lutar contra os processos autoritários que tentam intervir na autonomia das instituições Públicas de ensino, reafirmando que a eleição do(a)s dirigentes deve se encerrar no interior da própria instituição. Reafirmamos ainda a necessidade de avançar na luta contra o capacitismo e a defesa da garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Em direção ao permanente combate às opressões étnico-raciais, de gênero e sexuais, a categoria docente presente no 38º Congresso não deixou de lembrar a morte do Mestre Moa do Katendê, expressão do avanço do preconceito radicalizado contra a cultura afro-brasileira.

De igual modo, o(a)s congressistas destacaram, para não se perder na história, a necessidade de se identificar os mandantes e os responsáveis pelo assassinato político de Marielle Franco, ex-vereadora (PSOL/RJ) e do seu motorista Anderson Gomes, ocorrido em 14 de março de 2018. A memória da luta travada por Marielle foi lembrada durante a realização do ato político no 38º Congresso pelo(a)s congressistas com faixas e cartazes, em que se destacou a luta permanente contra a desigualdade de gênero e o genocídio da negritude.

Para fazer avançar as pautas, o(a)s congressistas aprovaram a delimitação do dia 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTQTT) como uma data de luta nacional contra a LGBTQTTfobia no interior das IFES/IEES/IMES. A intensificação da defesa pela descriminalização e legalização do aborto articulada com as pautas das mulheres foram pontos de debate pela categoria. Nesse particular, um grande e importante avanço sobre a paridade de gênero para a composição da diretoria nacional do ANDES-SN, foi aprovado a partir de acalorado debate nos grupos e na plenária, que deverá ser implementado a partir da próxima diretoria nacional, portanto, um importante avanço na luta permanente contra a opressão de gênero que é estruturante na sociedade capitalista. Definiu ainda que no dia 8 de março o sindicato nacional colocará para deliberação das bases a adesão à Greve Internacional das Mulheres, com paralisação nas instituições de ensino. Ainda na esteira da luta a aprovação do dia 14 de março como dia nacional de luta contra a criminalização dos movimentos e dos lutadores sociais, data em que será lembrado o assassinato de Marielle e Anderson. Além disso, para o segundo semestre, a necessária construção dos dias nacionais de lutas contra o assédio moral e sexual e a luta contra o racismo.

No âmbito do conjunto das lutas aprovadas pelo sindicato nacional foi reafirmada a necessidade de intensificação do trabalho de base, e das lutas relativas às questões ambientais, a defesa da Previdência, Educação e da Saúde Pública, a defesa da

estruturação da carreira docente das instituições federais de ensino, o financiamento público para a política de ciência e tecnologia. Mais do que nunca, a categoria de professoras e de professores que constroem, coletiva, democrática e cotidianamente o ANDES-SN, se vê diante de uma conjuntura de ampla retirada de direitos e de ataques. A batalha que se abrirá, com a intensificação dos retrocessos e do desmonte dos serviços públicos, exige da categoria um amplo esforço em construir lutas unitárias, o que se coloca como centralidade para o próximo período, em especial no combate a contrarreforma da previdência, em ampla articulação com outras entidades, centrais sindicais e movimentos sociais, apontando a necessidade de construção da greve geral.

Essa conjuntura se expande para os governos estaduais e municipais, que se alinham e se colocam como base de sustentação do governo federal para fazer coro com o discurso da extrema direita. Colocar, na ordem do dia, a defesa da carreira docente, a necessária recomposição do financiamento público para as IEES/IMES, a garantia da autonomia universitária, a defesa das liberdades democráticas, a delimitação de uma ampla política de ciência e tecnologia, são eixos para impulsionar o processo de resistência nos diversos setores.

Com grande sensibilidade o tema da política agrária, urbana e ambiental foi debatido pelos/as congressistas, considerando o impacto do crime ambiental ocorrido em Brumadinho (MG). Em ampla articulação com a centralidade, a defesa da necessária articulação com entidades de classe e movimentos sociais que defendam os direitos dos povos indígenas e das populações quilombolas e ribeirinhas, foi reafirmada pela categoria. Assim como a permanente denúncia, nacional e internacionalmente, dos massacres, das perseguições, das torturas, das prisões, das chacinas, dos assassinatos e a da criminalização de trabalhador(a)s rurais e urbanos.

Como parte das atividades que ocorreram durante o 38º Congresso e na defesa dos povos

indígenas, vários congressistas participaram do ato nacional, no dia 31 de janeiro, como parte das ações da Mobilização Nacional Indígena em resposta aos ataques do governo Bolsonaro aos direitos dos povos indígenas. A atividade foi convocada, nacionalmente, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e, em Belém, o ato foi organizado por uma ampla frente de entidades, dentre elas, o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), o Movimento Xingu Vivo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a CSP-Conlutas (PA) e o ANDES-SN. Os movimentos e entidades sindicais protagonizaram um grande Ato Político-Cultural, com a presença de povos indígenas, com manifestação de rua sob as mangueiras da Praça da República e da Av. Nazaré.

Os acalorados debates nos grupos mistos e nas plenárias, durante os seis dias de congresso, na beira do Rio Guamá, com a máxima expressão etimológica do “rio que chove”, constituíram a expressão fática da categoria docente que se coloca de modo incansável na defesa do projeto histórico da classe trabalhadora a fim de enfrentar, com a máxima unidade na ação, os grandiosos desafios que a conjuntura apresenta.

Com alegria o(a)s congressistas aprovaram a homologação da incorporação do SINDIPROL-ADUEL como seção sindical do ANDES-SN, expressando a força que o movimento docente tem para resistir e a necessidade de intensificar o trabalho de base. Também foi em clima de festa que o(a)s congressistas deliberaram pela realização do 39º Congresso na USP, a ser sediada pela ADUSP-Seção Sindical.

O 38º Congresso recebeu, no marco da história do movimento docente, dez painéis em comemoração aos 40 anos das primeiras seções sindicais, com exposições fotográficas, documentários e memórias do início do movimento docente que construiu, em 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Os painéis foram organizados pela ADUA, ADUFES, ADUFF, ADUFMAT, ADUFPI, ADUFRJ, ADUFU, ADUNIRIO, APRUMA e ASDUERJ, que demarcaram as suas gêneses nos

anos de 1978/1979, a partir da ampliação da luta contra o regime militar (1964-1985) e de ascenso do movimento sindical no país.

Também marcou o 38º Congresso do ANDES-SN a realização do espaço de convivência, que acolhendo 11 crianças, permitiu a responsáveis a participação nos grupos de trabalho e nas plenárias, experiência que vem sendo aprimorada buscando garantir condições de militância para o(a)s sindicalizado(a)s.

A plenária final ocorreu no início da madrugada do dia 3 de fevereiro, momento em que as águas do Rio Guamá, que percorre a paisagem da UFPA, encontravam-se em calmaria. Nutrido(a)s pela experiência de resistência que marca a história do povo cabano e embalado(a)s pelas batidas que animam a alma do(a)s que escutam a sonoridade vigorosa do curimbó, o 38º Congresso teve fim com o sentimento de que, mais uma vez e em novo patamar, é necessária a resistência da classe trabalhadora contra a exploração do capital e dos governos que intensificam e defendem a opressão de classe. Nos despedimos, portanto, com a leveza poética de Rui Barata, que deixa na memória a certeza da perspicácia.

PRIMEIRO DE MAIO

Surja esse verso de maio, trazido pelos arcanjos, um verso que faça maio, o maio dos desenganos, e fel transforme em doçura, rendilhando de ternura, os meus fracassos humanos.

Um verso que me decifre, nas horas de ansiedade, que não sendo antologia, seja a minha humanidade, levando por onde for, os meus suspiros de amor e gritos de liberdade.

Um verso assim como esse: “Proletários de todo o mundo, (uni-vos)” .

*Belém, estado do Pará,
3 de fevereiro de 2019.*



ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - EXIGÊNCIA DA JUSTIÇA DE EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE - CONCESSÃO DE ATRASADOS DO ADICIONAL SOMENTE A PARTIR DO LAUDO JUDICIAL FAVORÁVEL



O Poder Judiciário tem produzido decisões judiciais recentes que restringem o direito dos docentes ao recebimento de valores de adicional de insalubridade, e o objetivo deste informativo é tratar um pouco mais sobre este tema.

O Adicional de Insalubridade é pago aos servidores que desenvolvem suas atividades em exposição contínua a agentes nocivos à saúde, devidamente previstos em lei (agentes químicos, biológicos e físicos).

O docente que entende estar exposto a algum agente nocivo à saúde no desenvolvimento de suas atividades, e em uma frequência chamada pela lei de “contínua”, **deve pedir administrativamente junto à PROGEP o pagamento do adicional de insalubridade.**

Caso o docente tenha negado o seu direito pela Universidade, é possível discutir o tema no Poder Judiciário, que determinará em ação judicial, a realização de perícia técnica no local de trabalho.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o Poder Judiciário designa perícias técnicas para a análise dos agentes, estipula também “barreiras” para a concessão dos referidos adicionais.

A **primeira** delas é que as decisões judiciais vêm exigindo um maior grau de exposição do professor aos agentes, concedendo o direito somente àqueles que possuem um contato permanente/contínuo com o agente insalubre.

No caso, por exemplo, da exposição ao agente insalubre ser apenas decorrente de aulas práticas, tem

entendido os juízes que é eventual o contato, pois ele estaria restrito ao tempo de duração das aulas práticas, que não são ministradas diariamente.

O conceito adotado pela Justiça do que seria um contato “**permanente**” é de algo que seja “*frequente, costumeiro, rotineiro, usual*”.

Já o significado de “**eventual**” trazido pela Justiça, seria algo que “*fosse ocasional ou esporádico*”.

Ultrapassado esse primeiro obstáculo, decisões recentes refletem uma mudança de entendimento do Poder Judiciário quanto ao termo inicial do pagamento, reconhecendo o direito do adicional de insalubridade **somente a partir da produção do laudo pericial judicial favorável.**

Isto é, uma vez constatada a exposição habitual e contínua/permanente do professor aos agentes nocivos, o professor receberá o pagamento do adicional de insalubridade **somente a partir da perícia técnica judicial**, entendendo os juízes que não é possível o perito reconhecer a exposição em períodos anteriores à produção do laudo.

Portanto, o pedido administrativo e a intervenção do Poder Judiciário, em caso de negativa do direito, são procedimentos fundamentais e devem contar com certa brevidade, em razão do pagamento do adicional de insalubridade estar condicionado a produção de laudo pericial dentro da ação judicial, sendo este o termo inicial do recebimento de “atrasados”.

Para maiores informações a assessoria jurídica da **APROFURG** atende na sede do sindicato as terças e quintas pela manhã.